

**Declaração de Guarda**  
(Responsabilidade, proteção e cuidado de menores)

Eu, \_\_\_\_\_,  
inscrito(a) no RG sob o nº \_\_\_\_\_, expedido pelo(a) \_\_\_\_\_,  
CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) na \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_,  
cidade de \_\_\_\_\_, UF \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_.

Nos termos da **Lei nº 7.115/83\*** e em concordância com o **art. 19 e art. 32 da Lei nº 8.069/90 \*\*** (Estatuto da Criança e do Adolescente), **DECLARO** junto à Instituição de Ensino \_\_\_\_\_,  
que o(s) menor (es) \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_

inscrito(a) no RG/Certidão de Nascimento sob o nº \_\_\_\_\_,  
expedido pelo(a) \_\_\_\_\_,  
e CPF sob o nº \_\_\_\_\_, filho(a) de \_\_\_\_\_ e  
\_\_\_\_\_, com o qual tenho vínculo de parentesco ou relação de  
\_\_\_\_\_, -está sob a minha guarda, proteção e cuidados desde \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, pelo  
seguinte motivo:

**DECLARO** ainda, que em decorrência do motivo acima descrito, não foi possível regularizar judicialmente a guarda ou tutela do(a) menor em questão. Sendo assim, **comprometo-me a comunicar à Instituição de Ensino acima mencionada** qualquer alteração referente às informações prestadas nesta declaração e apresentar a respectiva documentação comprobatória nos termos **da Lei nº 7.115/83\***, que dispõe sobre a prova documental.

**DECLARO** serem verdadeiras todas as informações prestadas por ocasião do presente processo seletivo, bem como estar ciente de que a falsidade das declarações firmadas ensejará a responsabilização legal prevista no **art. 15, §1º, da Lei nº 12.101/2009\*\*\* e Decreto nº 8.242/2014**, sem prejuízo da sanção penal aplicável ao crime de falsidade ideológica, de acordo com o **art. 299 do Código Penal\*\*\*\***, além de acarretar o imediato cancelamento do benefício ofertado em razão do Financiamento Estudantil - FIES, ao candidato(a): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
(Cidade-UF, dia, mês e ano)

\_\_\_\_\_  
**Assinatura**  
(reconhecer firma em cartório)

**(\*) LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983**

**Art. 1º.** A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da lei, presume-se verdadeira.

**Parágrafo Único.** O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

**Art. 2º.** Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

**Art. 3º.** A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

**(\*\*) LEI Nº 8.069 DE 13 DE JULHO DE 1990**

**Art. 19.** Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

**Art. 32.** Ao assumir a guarda ou a tutela, o responsável prestará compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo, mediante termo nos autos.

**(\*\*\*) LEI 12.101, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009**

**Art. 15.** Para fins da certificação a que se refere esta lei, o aluno a ser beneficiado será pré-selecionado pelo perfil socioeconômico e, cumulativamente, por outros critérios definidos pelo Ministério da Educação.

**§ 1º.** Os alunos beneficiários das bolsas de estudo de que trata esta lei ou seus pais ou responsáveis, quando for o caso, respondem legalmente pela veracidade e autenticidade das informações socioeconômicas por eles prestadas.

**§ 3º.** As bolsas de estudo poderão ser canceladas a qualquer tempo, em caso de constatação de falsidade da informação prestada pelo bolsista ou seu responsável, ou de inidoneidade de documento apresentado, sem prejuízo das demais sanções cíveis e penais cabíveis.

**(\*\*\*\*) ART. 299, CÓDIGO PENAL BRASILEIRO**

**Art. 299.** Omitir em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena. Reclusão, de 01 (um) a 05 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 01 (um) a 03 (três) anos e multa, se o documento é particular.

**Parágrafo Único.** Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.